

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Acta da Reunião de 14 / 05 / 2014

Acta n.º 12 destinada a:



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Le
#

ATA N.º 12

Aos catorze dias do mês de maio do ano dois mil e catorze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS
JOÃO LUÍS TELHA DA SILVA
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que no dia 30 de abril esteve presente na sessão da Assembleia Municipal, no dia 5 de maio participou, juntamente com a Vice-Presidente, na receção dos jovens que foram apurados para representar o Distrito de Évora no Parlamento Jovem, no dia 8 esteve presente na reunião com o Estrela Futebol Clube e no dia 10, juntamente com o Vereador João Telha, esteve presente nas iniciativas do Anima Mercado, nomeadamente no Cake Design com Di Serrano, na Exposição “A Landeira é nossa” e na mostra de Artesanato. No dia 11 participou na caminhada ao Santuário de Nossa senhora da Visitação, organizada pela Bússola, no dia 12 participou em várias reuniões, numa com a Gazeta de Vendas Novas, noutra com os Pirralhos da Casa do Benfica de Vendas Novas e numa outra com os representantes do Agrupamento de Escolas e da Associação de Pais. No dia 13, juntamente com os restantes Vereadores a tempo inteiro, participou numa reunião com os funcionários relativamente ao processo do IGF, na qual também participaram representantes do STAL e esteve presente na atribuição dos quiosques da Corrida da Cidade.



Interveio a **Vice-Presidente** dando conhecimento que no dia 30 de abril participou no Conselho Geral do Agrupamento e na sessão da Assembleia Municipal e no dia 12 participou na reunião do Núcleo Executivo da Rede Social e também na reunião com os representantes do Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais. No dia 13 recebeu os representantes da Cáritas que vieram apresentar o projeto “Dar e Receber”, participou na sessão de esclarecimento da Segurança Social e na reunião, já referida pelo Presidente, referente ao processo do IGF.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** referindo que no dia 7 de maio participou numa reunião com representantes da empresa EPCA relativamente ao programa AdaPT, relacionado com as alterações climáticas, no dia 8 participou numa reunião com alguns representantes do Grupo informal “Carros Antigos de Vendas Novas” e no dia 10 esteve presente nas iniciativas do Anima Mercado, já referidas pelo Presidente. No dia 12, juntamente com o Vereador Joaquim Soeiro, reuniu com a empresa Audium – Som Profissional e Iluminação e no dia 13 participou na reunião com os Sr.s Mário Balbino e João Carlos Chumbaça, do Projeto Musical “Sanayé” e também esteve presente na reunião com os funcionários, no âmbito do processo da IGF.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que no dia 30 de abril participou na sessão da Assembleia Municipal; no dia 4 de maio esteve presente na prova de motocross e no dia 7 participou numa reunião com o Dr. Nuno Carvalho. No dia 12 participou na reunião com a empresa Audium e também na reunião referente ao processo do IGF.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** informando que no dia 30 de abril participou na sessão da Assembleia Municipal. Em relação à informação prestada pelo Vereador João Telha sobre a empresa relacionada com um projeto de alteração climática, refere que como o Município de Vendas Novas aderiu ao Pacto dos Autarcas, tem de apresentar relatórios anuais sobre as metas estabelecidas, perguntando se neste âmbito a questão foi abordada e se o Município está a cumprir com esta obrigação de informar as entidades competentes.

Interveio a **Vereadora Silvia Santos** informando que no dia 30 de abril participou na sessão da Assembleia Municipal.

O **Vereador Paulo Caçoilas** informou que no dia 30 de abril também participou na sessão da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** informando que na próxima reunião dará a informação sobre os indicadores do Pacto dos Autarcas. Refere que essa questão foi abordada na reunião, mas enquanto o Pacto dos Autarcas está muito voltado para a eficiência energética, esta questão tem



LR
#

mais a ver com alterações climáticas, sendo programas com enquadramentos e financiamentos diferentes.

Interveio o **Vereador José Figueira** alertando que, neste âmbito há 12 anos, o Município foi pioneiro com o Plano Municipal do Ambiente e Plano de Preservação Ecológica dos Vales de Landeira e Marateca, que deixaram uma série de instrumentos que podiam ser reutilizados, atualizados e serem aproveitados caso este projeto vá para a frente.

O **Vereador João Telha** agradece a sugestão e refere que o âmbito é diferente, mas é claro que a informação terá de ser atualizada. Prevê-se que é provável que quem não tiver um PM de adaptação às alterações climáticas, dificilmente terá acesso a financiamento nestes domínios.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – 8.ª Alteração ao orçamento, PPI e PAM

Doc. 61/14

Presente a proposta da 8.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a 8.ª Alteração ao Orçamento e PPI da Câmara Municipal.

2.2 – Relatório da auditoria ao Município de Vendas Novas

Doc. 62/14

Na sequência da deliberação de Câmara Municipal de 26 de dezembro de 2013, presente o relatório da auditoria de avaliação da situação económico-financeira do Município de Vendas Novas à data de 30 de setembro.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que este relatório que hoje é apresentado para tomada de conhecimento da Câmara Municipal, não procura levantar suspeições, nem ser uma “caça às bruxas”, tal como foi dito anteriormente, o executivo apenas quis ter uma visão externa. Destaca as questões da baixa execução orçamental, que a aplicar as novas regras representaria uma infração à Lei. Refere que a despesa corrente é superior à receita corrente, o que representa um desequilíbrio orçamental. Também, se constata que a faturação da AgdA não estava integralmente representada nas contas. Destaca ainda o peso da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, com um passivo de 3 milhões de euros, o que representará 1,5 milhões de euros nas contas da Câmara Municipal. Destaca, assim, o passivo financeiro da Câmara Municipal, que, incluindo



as faturas da AgdA que não estavam assumidas e 1,5 milhões de euros do passivo da SPIVN, representa cerca de 7,5 milhões de euros. Afirmo, ainda, que as medidas tomadas, acrescidas às verbas do Saneamento financeiro contribuíram para uma melhoria da situação de curto prazo. Concluiu, salientando que este é o cumprimento de um compromisso que o executivo tinha assumido.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que à data em que foi decidido adjudicar este serviço os Vereadores da CDU abstiveram-se e apresentaram uma declaração de voto, sendo que, mais tarde, a mesma empresa, veio a ser contratada como ROC e nessa altura os Vereadores da CDU levantaram algumas questões e no presente dia, 5 meses depois dessa contratação, surge o presente relatório. Assim, com este enquadramento, refere alguns pontos, nomeadamente, o relatório diz que reporta a 30 de setembro, mas olhando para o conteúdo do mesmo verifica-se que está desajustado ao nível interpretativo, emergindo enviesamentos e contradições, sendo o relatório a 30 de setembro, verifica-se que sistematicamente releva a Lei 73/2013 que só veio a entrar em vigor em 1 de janeiro de 2014. Em contrapartida não é relevado e são escamoteadas as consequências e medidas políticas que foram tomadas nos últimos anos, tais como o congelamento do FEF, a nova Lei das Finanças Locais que diminuíram as transferências do Orçamento de Estado. Também não diz nada sobre os impactos do PEC e dos Orçamentos de Estado de 2010 a 2013, com cortes de mais de 1.100 milhões de euros às Autarquias Locais, nem enfatiza que, com isto, o Município de Vendas Novas teve um corte de 6,5 milhões de euros. Afirmo que o que está em causa não é a parte técnica e sim a parte interpretativa, que revela enviesamentos, distorções e contradições. Nesse sentido, na aprovação de contas de 2013, os vereadores da CDU já tinham dito que só é referido o Relatório de Saneamento Financeiro, sendo ocultado o Plano de Consolidação Orçamental, surgindo nas entrelinhas as consequências desse plano. Todos sabem que esse Plano é uma peça estratégica de estratégia organizacional, económica e financeira e não haveria Saneamento Financeiro sem o Plano de Consolidação Orçamental. Refere que o relatório diz que toda a situação foi resolvida até final de 2013 e que a dívida a 31 de dezembro desse ano é de 1.162.043 € tendo em conta que houve o Saneamento Financeiro. Na questão das Águas Públicas do Alentejo, as tarifas fixas estão associadas aos investimentos, que estiveram parados de 2010 a 2012 e o Município de Vendas Novas decidiu colocar em causa esta tarifa. Quanto à AgdA, o relatório refere que não se sabe os impactos, mas se é assim, é porque não pediu essa informação aos serviços, porque a empresa tem os relatórios



aprovados e não existem passivos, ainda que o capital social fosse baixo. Afirma que o Presidente referiu questões que só se aplicam a partir de janeiro de 2014, o que é reconhecido na própria auditoria, mas há uma questão que gostaria de ver incluída, na página 6, no último parágrafo, é referido que “a receita corrente é superior à despesa corrente, sendo por isso cumprido o princípio do equilíbrio orçamental”, afirmando que gostaria de perceber o que está mal, face ao que foi dito pelo Presidente. Refere que quando a Câmara Municipal, em, maio de 2013, avançou com o Plano de Consolidação Orçamental e o Saneamento Financeiro, aprovado por unanimidade, tinha consciência que a LCPA era impossível de ser cumprida em 5 anos e o Plano era fictício. No entanto, a preocupação do executivo era resolver o problema dos fornecedores, sendo este o caminho que o anterior executivo da Câmara Municipal considerou mais adequado, face à referida preocupação. Afirma que se a Câmara Municipal não tivesse em condições, o Tribunal de Contas não teria aprovado o Saneamento Financeiro. A capacidade de endividamento do Município de Vendas Novas é positiva, seja com que Lei for e os Fundos Disponíveis também eram positivos. Assim, termina, destacando a seguinte referência do relatório “consideramos que uma gestão adequada permite encarar o futuro com otimismo”.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha**, referindo que depois de ouvir o Vereador José Figueira, sobre a aprovação, por unanimidade do Saneamento Financeiro, consultou a ata da reunião de 29 de maio de 2013, onde consta que o Vereador João Telha interveio e votou contra as cláusulas contratuais. Independentemente disso, afirma que foram levantadas outras questões sobre os fundamentos do processo.

Interveio o **Presidente** esclarecendo que já que se tinha gasto dinheiro com a auditoria, aproveitou-se, não só para obter números, mas também conselhos de gestão para o futuro, de forma a equilibrar as contas. Quanto ao enquadramento político, afirma que numa auditoria técnica não pode haver um enquadramento político. Relativamente ao equilíbrio orçamental, refere que não se pode apenas ler a página 6, devendo ler-se também as que estão antes e depois. Se antes do Saneamento Financeiro não havia desequilíbrio, com o pagamento das despesas inerentes ao Saneamento Financeiro, passou a haver desequilíbrio, uma vez que com o mesmo foram pagas muitas despesas correntes. O Município de Vendas Novas, face às regras que têm de ser aplicadas, entrou em desequilíbrio. Considera que a Câmara Municipal tem que ter cuidado a elevar as receitas correntes e a restringir as despesas correntes. Quanto à gestão adequada, afirma que atualmente é feita uma gestão adequada, ao contrário do que foi feito no passado, pois o



12
#

executivo pretende equilibrar a situação. Afirma que ao não serem registadas as faturas da AgdA, foram encontradas dívidas da Câmara Municipal que passaram para o futuro.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que não entrando na leitura técnica do documento, bastará olhar para os números e serão identificados dois grandes problemas, nomeadamente as faturas no valor de cerca de 500 mil euros da AgdA, que foram escondidas e o problema da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas. Pergunta durante quantas sessões da Assembleia Municipal foi questionado ao Vereador José Figueira, na altura Presidente, sobre quais eram os Fundos Disponíveis e a resposta sempre foi o silêncio, pelo que não percebe como é que o referido Vereador agora fala em Fundos Disponíveis. Afirma que o Vereador José Figueira pôs em causa a imparcialidade do documento apresentado. Sobre a Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, refere que o Vereador José Figueira na sua campanha eleitoral, num debate da Rádio Granada, disse que a referida sociedade não estava em falência, acrescentando que o Vereador José Figueira andou a “empurrar com a barriga” o que se passava da Sociedade do Parque Industrial. Afirma que, neste mandato, a Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, é outro “cancro” que o presente executivo tem em mãos, tendo o Vereador José Figueira sido conivente com a gestão danosa daquela sociedade.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que não escondeu nada, pois existe correspondência sobre esta questão com a AgdA e a própria auditoria não faz referência a qualquer fatura escondida. De seguida, volta a dizer que não tem nada contra os números apresentados, mas sim contra as interpretações que são feitas. Até aceitaria que nas conclusões fossem feitas sugestões e conselhos, mas no documento são feitas interpretações que considera contraditórias, quando se oculta o impacto das questões do passado nas contas apresentadas. Refere que os Vereadores da CDU não põem em causa a empresa que elaborou o documento, até porque a própria empresa diz que só fez interpretações daquilo que entende. Para os Vereadores da CDU, o Relatório só peca por omissão das questões já referidas.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que o Vereador José Figueira não percebeu o objetivo da auditoria. O presente executivo pretendia uma radiografia e que fosse indicado um caminho certo para o futuro, afirmando que não se pretendia saber as causas, porque essas eram conhecidas, não sendo referida a má gestão da CDU. Refere que, em parte, o Vereador José Figueira tem razão, pois houve cortes, mas o problema é que agora o Vereador teve culpa uma vez que não adaptou a



gestão da autarquia à nova realidade e circunstâncias, mas, o próprio Vereador disse numa sessão da Assembleia Municipal que era “político e não gestor”.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que quando se pede que uma empresa externa faça uma auditoria, é claro que a mesma tem que fazer uma análise imparcial aos números apresentados, a não ser que o Vereador José Figueira entenda que a empresa não é idónea. Afirma que o presente executivo sempre disse que não se fazem “omeletes sem ovos” e é claro que pretendem cumprir os programas eleitorais com que se apresentaram, fazendo sempre uma boa gestão, tendo consciência que seremos julgados pela população pelo que fizemos e pelo que não fizemos.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** referindo que tem muitos defeitos, mas um deles não é ter memória curta e no dia 10 de maio de 2013, foi aprovado o Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental e a conclusão é que votou contra ambos os documentos.

Interveio o **Vereador José Figueira** apresentando o seguinte voto de protesto: “Em nome dos Vereadores da CDU, pois em coerência com a nossa declaração de voto de 26 de dezembro de 2013 e face às afirmações do Vereador Joaquim Soeiro, queremos manifestar o nosso protesto, na medida em que os Vereadores da CDU, não colocando em causa os aspetos técnicos do presente relatório, não podem deixar de evidenciar as consequências dos diferentes instrumentos financeiros produzidos no período de 2006 a 2013, que afetaram a vida financeira das autarquias e em particular do Município de Vendas Novas, pelo que caso este relatório viesse a ser colocado à votação nesta reunião, por estas razões e apenas estas, manteriam a sua abstenção ao referido relatório”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.3 – Documento de Prestação de Contas da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas

Doc. 63/14

Presente os Documentos de Prestação de Contas apresentados pela Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas relativamente ao exercício de 2013.

Tomou a palavra o **Presidente** registando que ao longo do último mandato, desde 2009, que não eram presentes à Câmara Municipal as contas da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, da qual a Câmara Municipal tem 49 % do capital social, facto que o presente executivo não acha correto. Considera que se tem de distinguir a Sociedade do Parque Industrial do Parque



Industrial, pois o Parque Industrial tem-se aguentado, mas a Sociedade do Parque Industrial atravessa um momento muito difícil. Refere que no Relatório de Gestão se apontam e se caracterizam os problemas da Sociedade do Parque Industrial, como os diminutos capitais próprios, o passivo elevado e o seu imobiliário ser bastante caro face à concorrência. Também o maior sócio privado, que detinha 34 %, enfrenta a insolvência. Informa que o ano de 2013 é apresentado como um dos piores para a Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, mas a situação não é boa há vários anos. Quanto ao resultado líquido do exercício, refere que o Vereador José Figueira na última reunião disse que antes de sair se apontava para um resultado líquido positivo, mas de fato o resultado líquido do exercício é de menos 132.000 €. Refere que, assim, se verifica um agravamento durante o ano de 2013, mas o que preocupa o presente executivo é a sustentabilidade da Sociedade do Parque Industrial com um passivo de mais de 3 milhões de euros, com empréstimos bancários para pagar outros empréstimos, de forma a sustentar a máquina ao longo dos últimos tempos. Refere que a Câmara Municipal terá que tomar medidas sobre esta sociedade falida que nos últimos anos não serviu para mais do que vender terrenos, ao contrário do que era apontado aquando da sua criação. Informa que a referida Sociedade tem ainda problemas com negócios que tinha em mãos com alguns compradores. As suas únicas receitas são os Fundos Comunitários e créditos para pagar outros créditos e aditamentos por conta de vendas. Afirma que se for lido o último parágrafo, este é bastante claro, dizendo que “A situação, tal como já foi definido em anterior Assembleia, deverá merecer a ponderação dos sócios e a consequente tomada de decisão, pois a não haver concretização de mais vendas no ano de 2014, a empresa terá dificuldades de prosseguir a sua atividade neste moldes”, sendo esta a conclusão, apresentada pelo gerente executivo da Sociedade do Parque Industrial, sobre a situação atual da sociedade. Afirma que esta situação leva à conclusão que o que era dito, não correspondia à realidade.

Interveio o **Vereador José Figueira** clarificando que o que disse na última reunião foi que à data, havia prespetiva de resultado líquido vir a ser positivo. Refere que ao contrário do que foi prosseguido durante anos, não se entende porque é que as contas não estão auditadas por um Revisor Oficial de Contas e também não percebe porque razão foram alteradas as regras de contabilização. Refere que assim não é possível comparar os dois anos, tendo em conta que as regras são diferentes e esta nova forma de contabilização justifica que o resultado líquido do exercício seja negativo. Considera que se se tivesse mantido o mesmo critério, essa situação seria perceptível. Quanto ao passivo, afirma que também não percebe como é que no relatório não é feita



a avaliação patrimonial dos lotes, que mesmo com a sub-avaliação dos lotes, é superior ao passivo.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que o peso da gestão da Sociedade do Parque Industrial, para a Câmara Municipal, foi escondido do órgão autárquico nos últimos anos. Quanto aos critérios contabilísticos, segundo informação do técnico oficial de contas, foi esta a opção que dizem ser a mais correta. Pretende colocar ao Vereador José Figueira, a questão da sustentabilidade desta sociedade, quando o Vereador disse na campanha eleitoral que a sociedade era sustentável e não estava falida, reconhecendo-se, agora, que já deveriam ter sido tomadas medidas há 8 anos. Afirma que neste momento a Sociedade do Parque Industrial depende integralmente do setor imobiliário, o que é uma total irresponsabilidade. Reconhece a importância do Parque Industrial para Vendas Novas e refere que a Câmara Municipal é a maior interessada na boa gestão do Parque Industrial, mas de facto o peso que a Sociedade do Parque Industrial tem na Câmara Municipal é demasiado grave, representando 20 % das dívidas da Câmara Municipal. Afirma que infelizmente é mais uma herança que este executivo tem e que não conhecia.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que se orgulha muito de pertencer a um executivo que trouxe este documento à reunião da Câmara Municipal, após tantos anos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.4 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Vendas Novas

Doc. 64/14

Na sequência do processo de discussão pública, presente versão final do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento, submetendo o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.5 – Expediente

2.5.1 – Empreitada de construção de duas Etar's de macrófitas em Marconi

Presente Informação n.º 42/2014 da Divisão Técnica relativamente à libertação parcial da caução da empreitada de construção de duas Etar's de macrófitas em Marconi.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a libertação parcial da caução, de acordo com a informação da Divisão Técnica.



2.5.2 – Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira

O Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira solicita apoio para o desenvolvimento do Projeto PRODER. Presente Informação n.º 44/2014 apresentando uma estimativa dos trabalhos necessários.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio em espécie no valor estimado de 8.768,06 €.

2.5.3 – Bússola – Associação de Desenvolvimento Local de Vendas Novas

A Associação de Desenvolvimento Local de Vendas Novas solicita um apoio financeiro de 100 € para aquisição de troféus a atribuir no âmbito do Campeonato Nacional de Sabre. Presente Informação n.º 108/2014 relativamente ao pedido apresentado.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de 100 €.

2.5.4 - Águas e Saneamento

Tiago João Lindo Barros, residente na General Humberto Delgado, 36, em Vendas Novas, informa que se encontra a passar dificuldades financeiras e por essa razão não efetuou o pagamento da fatura de água n.º 3852, no valor de 21,50 €. Informa ainda que a situação é temporária e espera regularizar a dívida o mais rapidamente possível. Presente Informação n.º 32/2014 do Centro de Atendimento ao Público relativamente à situação descrita.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** propondo que seja dado um prazo de 2 meses.

Interveio o **Vereador José Figueira** considerando que por imperativos legais, deveria haver pelo menos uma parte da dívida paga, antes de ser feito um novo contrato.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** compreendendo as questões do Vereador José Figueira, revendo-se até nas mesmas, mas acha que já anteriormente houve planos de pagamentos que não eram cumpridos e as pessoas faziam novos contratos.

Tomou a palavra o **Vereador João Telha** referindo que para todos os efeitos os planos de pagamentos têm diferentes programas associados, pelo que se poderá falar num plano de pagamento com uma ou duas prestações, até face ao valor em causa.



LD
#

Interveio o **Presidente** afirmando que não deixa de ser um acordo de pagamento, mas só com uma prestação.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento numa única prestação até à data limite de 30 de junho de 2014.

2.5.5 – Concurso Público para adjudicação do arrendamento do Bar- Restaurante das Piscinas Municipais **Doc. 65/14**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 19 de março de 2014, e da publicação do Edital n.º 16/2014, que publicitou o concurso para adjudicação do arrendamento do Bar - Restaurante das Piscinas Municipais, presente o relatório do júri do concurso a propor a adjudicação.

Tomou a palavra a **Vereadora Sílvia Santos** perguntando se o contador da luz já se encontra instalado.

O **Vereador João Telha** informa que o gás já tem um contador. Quanto à eletricidade, informa que está instalado um contador provisório e logo que o PT seja entregue à EDP, será feito o contrato em nome da arrendatária.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar o arrendamento à concorrente Ana Paula de Jesus Estróia, única concorrente.

2.5.6 - Adjudicação dos Espaços Comerciais do Mercado Municipal **Doc. 66/14**

Presente Proposta para abertura de procedimento para Adjudicação de Espaços Comerciais do Mercado Municipal de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de concurso.

2.5.7 – Oferta à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas

Presente proposta para oferta de um fato de proteção individual Nomex, para combate a fogos estruturais e urbanos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, por ocasião do seu 88.º aniversário.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio em espécie no valor estimado de 561 €.



2.5.8 – Corrida da Cidade – Alteração ao Regulamento

Presente, para ratificação, o Despacho do Presidente de 9 de maio de 2014, sobre a proposta do Serviço Municipal de Desporto relativamente aos valores a cobrar nas várias fases de inscrição da Corrida da Cidade de 2014.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente de 9 de maio de 2014.

2.5.9 – Cedência de licença de ocupação no Mercado Municipal

Presente requerimento de Luísa Monteiro, a solicitar autorização para ceder a licença de ocupação do Bar do Mercado Municipal, da qual é titular, a Tiago Monteiro. Presente, ainda, Parecer jurídico relativamente a este requerimento.

Interveio o **Vereador João Telha** fazendo um histórico do processo, informando que o atual ocupante pagou todas as suas dívidas à Câmara Municipal e o novo ocupante não tem dívidas ao Município de Vendas Novas, nem à Segurança Social e nem às Finanças, faltando certidões do anterior ocupante referente à Segurança Social e às finanças.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência.

2.5.10 – Aquisição de Serviços – Emissão de Parecer

- Presente proposta para a emissão de Parecer prévio da Câmara Municipal à aquisição de serviços jurídicos para o processo n.º 96/14.8BEBJA do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, ao Dr. Manuel Rodrigues. **Doc. 67/14**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

- Presente proposta para a emissão de Parecer prévio da Câmara Municipal à aquisição de serviços técnico especializado para a elaboração da “Fundamentação Económico-financeira de novas taxas no âmbito da diretiva de serviços e licenciamento zero”. **Doc. 68/14**

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que existe um estudo económico/financeiro aprofundado decorrente da Lei, de quando se aprovou um conjunto de taxas. Refere que hoje os encargos salariais dos trabalhadores serão os mesmos. Acrescentando que não sabe se é



preciso fazer um estudo assim tão grande para introduzir 12 ou 13 taxas, face ao que já existe na Câmara Municipal. Refere que esta questão tem vindo a ser discutida no âmbito da CIMAC, mas não sabe se é possível incluir estas taxas no regulamento existente.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que se está a falar de novas taxas e novos regulamentos que também não existem, que carecerem de fundamentos e não são 12 novas taxas, mas sim novas taxas em 12 áreas, algumas com alterações profundas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

- Presente proposta para a emissão de Parecer prévio da Câmara Municipal à aquisição de serviços para o exercício de funções de socorristas e nadadores salvadores nas Piscinas Municipais de Vendas Novas, na época balnear de 2014. **Doc. 69/14**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

2.5.11 – Mês da Saúde

Presente Informação n.º 13/14 do Serviço de Intervenção Social apresentando um quadro resumo relativamente às iniciativas realizadas o âmbito do Mês da Saúde.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.5.12 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 13 de maio cujo saldo é 286.488,11 € correspondendo 166.404,04 € a Dotações Orçamentais e 120.084,07 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Interveio a **Sr.ª Rosária Pires** afirmando que pretende apresentar uma reclamação relativamente a um aviso que recebeu da Câmara Municipal sobre o Sr. João Batista Manuelito, pois todos os anos manda limpar a sua parcela de terreno e apenas espera que as ervas sequem mais um pouco para as poder cortar e aproveitar para os seus animais. Afirmo que sempre tem feito esta limpeza, mas o Sr. João Manuelito continua a apresentar esta reclamação todos os anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que nas relações de vizinhança, a Câmara Municipal só pode ser interlocutor para promover as boas relações. Informa que os serviços irão avaliar a situação e no decorrer da presente semana entrarão em contato com a Sr. Rosária Pires.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 17 H 50 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 14 de maio de 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unânime, na reunião realizada em 01/10/2014.

com a abstenção da vereadora Elsa Caeiro, que viria de não ter participado na referida reunião

O Presidente

L. C. P. R.

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

J. A. B. M.
J. M. R. F.
Paulo Alexandre Valentim Caçoilas
Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro
Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos
J. M. M. B. S.